Ambientalistas abandonam Comissão de Acompanhamento da Barragem do Tua

22 de Setembro, 2016

As associações ambientalistas representadas na Comissão de Acompanhamento Ambiental (CAA) da Barragem do Tua anunciaram hoje que decidiram suspender a sua representação neste órgão, por alegados incumprimentos das medidas de compensação e contrapartidas. As associações revelam, em comunicado, citado pela Lusa, que está marcada para sexta-feira a 16.ª reunião da CAA, que "não contará com a presença do GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, nem da Plataforma Salvar o Tua, indicados pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente para representação das Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA)", naquele fórum.

Os ambientalistas acusam a Comissão e Acompanhamento de "ser conivente com incumprimentos vários por parte da EDP", a concessionária da barragem que se encontra em fase de conclusão no rio Tua, em Trás-os-Montes.

Aquela comissão, onde estão representadas várias instituições, acompanha o cumprimento das medidas de compensação e minimização a executar pela EDP como contrapartidas para a construção da barragem de Foz Tua.

"O enchimento da albufeira da barragem do Tua de forma ilegal foi a gota de água que fez transbordar o copo dos ambientalistas", alegam.

Em comunicado, dirigido à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, estrutura pública que preside à Comissão de Acompanhamento, justificam que "a Comissão e a sua coordenação não têm zelado pelo cumprimento da sua missão".

"O enchimento da albufeira antes de autorizado é o exemplo mais flagrante. Este ato, comprovadamente ilegal e não autorizado foi, surpreendentemente, apadrinhado pelas autoridades competentes, com destaque para a Agência Portuguesa do Ambiente", apontam.

As ONGA queixam-se de "envio tardio de documentos para análise, atrasos na resposta a pedidos de esclarecimento, adiamento de reuniões em fases críticas das obras da barragem e, por parte de alguns membros, o desprezo pelo interesse público e a negligência de certas entidades com responsabilidades na fiscalização do empreendimento". No mesmo documento, as associações declaram que apenas voltarão à Comissão quando "a coordenação e as autoridades competentes obrigarem ao devido cumprimento das medidas de minimização e compensação".

Para mudarem de posição, os ambientalistas "exigem o esvaziamento da albufeira e a suspensão do desenvolvimento do projeto de mobilidade até que o respetivo Projeto de Execução seja devidamente apresentado e aprovado na CAA, em cumprimento das exigências da Declaração de Impacte Ambiental (DIA)".

O plano de mobilidade é uma das exigências da DIA como contrapartida à desativação da Linha do Tua, que vai ficar parcialmente submersa. O projeto foi entregue ao empresário Mário Ferreira, conhecido pelos passeios turísticos de barco no rio Douro, que já deu início aos trabalhos de reabilitação do que resta da ferrovia.

A EDP disponibilizou 10 milhões de euros ao operador turístico para o projeto que inclui viagens de barco na nova albufeira, entre o Tua e Brunheda, e de comboio da Brunheda até Mirandela.